



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL –
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS DETERMINAÇÕES DE CLASSE E DE GÊNERO

Rhanna da Silva Henrique (a) - a

a

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL – considerações a respeito das determinações de classe e de gênero

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; questão social; gênero; cultura; capitalismo.

Keyboard: Teenage pregnancy, social question; gender; culture, capitalism.

I INTRODUÇÃO O presente trabalho parte de observações na experiência de estágio supervisionado vivenciado em uma maternidade municipal da Zona Norte do Rio de Janeiro. Observou-se o grande número de adolescentes grávidas pertencentes à classe trabalhadora. Nesse cenário, destaca-se também o atravessamento das questões de gênero, como redes de apoio constituídas exclusivamente por mulheres e relatos do não uso de método contraceptivo por recusa do parceiro. Ventura (2009) afirma que no Brasil, a incidência da gravidez na adolescência é maior nas populações de baixa renda e menor escolaridade. Nessa mesma perspectiva, dados do DataSus/Sinasc mostram que no ano de 2014 a porcentagem de bebês nascidos de mães com até 19 anos era maior nas regiões Norte e Nordeste (de 21 a 30%), historicamente, as duas mais pobres do país. Dessa forma, a presente produção é guiada por um questionamento central: por que, afinal, existe uma disparidade tão marcada entre o número de adolescentes grávidas na classe trabalhadora e na burguesia? A indagação expõe de modo sintomático uma problemática não tão recente no país: a gravidez na adolescência é uma expressão da questão social. Portanto, a temática proposta trata-se de uma área de intervenção do Serviço Social. Tomando como motivação o compromisso político de compreender a raiz da questão apresentada, a gravidez na adolescência das meninas pobres do país converte-se em objeto complexo, atravessado por múltiplas categorias.

II DESENVOLVIMENTO Como metodologia, é adotada a revisão bibliográfica, referenciada no materialismo histórico dialético de Karl Marx (1818 - 1883). Ao usar a história para entender a realidade, evidenciam-se contradições e conflitos - elementos que fornecem subsídios para transformá-la, objetivo principal dessa corrente teórica. O modo de produção vigente – capitalismo – é baseado na exploração. As duas classes que o compõem (burguesia e classe trabalhadora) têm interesses opostos. Enquanto os capitalistas exploram a força de trabalho alheia, a classe trabalhadora sobrevive vendendo-a e resistindo à dominação que lhe é imposta, o que gera conflitos e resulta na luta de classes (NETTO e BRAZ, 2012). Dentro da própria classe trabalhadora, porém, há explorações e opressões que atingem de forma mais acentuada determinados grupos. Assim, é possível pensar a lógica de opressão estruturada em uma espécie de pirâmide, em que a base é constituída pelas mulheres, oprimidas por sua própria condição de mulher. Tal opressão se agudiza a depender da classe, raça/etnia e orientação sexual. Saffioti (2015) afirma que o

gênero expressa a construção social do masculino e feminino. Apesar de poder futuramente expressar relações igualitárias, na atual sociedade capitalista patriarcal o gênero expressa relações de poder e hierarquia. Assim, ao dizer que alguém é mulher, supõe-se uma noção de sexo, trazendo outras associações socialmente construídas, como a noção da “boa dona de casa”, mãe, passiva, afetiva etc. Em relação ao homem, junto ao sexo, são atribuídas categorizações também estigmatizadas, associadas a qualidades e valores sociais. É o caso das noções do homem como profissional, agressivo, racional. Além da construção da subjetividade, os gêneros também interferem direta e concretamente na produção e reprodução material da vida. Bezerra e Veloso (2004) chamam atenção para uma compreensão do gênero que vai além de papéis sociais. Se considerarmos determinante apenas a apreensão individual que homens e mulheres têm do mundo, as diferenças tendem a ser postas exclusivamente no âmbito das relações interpessoais. Entretanto, a dominação masculina – patriarcado – perpassa todas as dimensões sociais das quais fazem parte as mulheres, sendo expressa nas leis, costumes e crenças. O patriarcado é, inclusive, um instrumento de controle da sexualidade e capacidade reprodutiva das mulheres, induzindo-as a ter grande número de filhos ou convencendo-as a controlar a quantidade de nascimentos (SAFFIOTI, 2015). Bem como a noção de gênero, pensar em cultura pressupõe entendê-la no bojo da história, construída socialmente. Nos termos de Eagleton (2000), a cultura é um modo de vida característico, materializada em visões de mundo, hábitos e surge como um de muitos elementos que constituem as relações sociais. No caso do Brasil, as raízes do nosso processo de colonização, escravização, transição ao capitalismo e dos processos de revolução “pelo alto” (COUTINHO, 2000), explicam vários elementos de nossa cultura. Iamamoto (2013) afirma que com o desenvolvimento do capitalismo no país não serão modificadas apenas as configurações de classe, mas também as disparidades regionais, a miscigenação racial, as diferenças da constituição do feminino e masculino e as lutas pela conquista da cidadania - elementos diretamente ligados à cultura. Dessa forma, as desigualdades sociais constroem-se e intensificam-se ao longo da história. Isso explica porquerealizar o debate de classe e gênero para pensar a gravidez na adolescência. Parte-se, portanto, da concepção da adolescência como categoria não homogênea e relacionada não apenas com a faixa etária. Em um mesmo período históricotêm-se diferentes vivências da adolescência, possibilidades que se expandem ou limitam a depender da inserção de classe, gênero e raça/etnia. A adolescência que buscamos tratar na presente discussão é a fase posterior à infância na vida de crianças que vivenciam os rastros deixados pela escravidão, exploração e opressão. A discussão do termo é importante também para desconstruir a ideia, muito difundida no senso comum, de que a maternidade é emancipatória. Ao ser mãe, comumente a adolescente passaa ser considerada adulta, deixando de vivenciar certas experiências condizentes à sua idade. Em

oposição a tal perspectiva, entendemos que uma menina de 14 anos grávida não deixa de ser adolescente de modo instantâneo, mas vivencia tal período através de outras experiências, muitas vezes consideradas comuns no meio cultural em que vive. O que é percebido, é que se trata de um conceito pré-estabelecido e “ideal” de adolescência que não se encaixa no cotidiano da população pobre do país. Ainda que não engravidem, o trabalho, considerado “coisa de adulto”, também está constantemente presente na vida dessas adolescentes.

III RESULTADOS Há um conjunto de vulnerabilidades que afeta alguns adolescentes de maneira mais incisiva. No Brasil, nascer branco, preto ou indígena, viver numa comunidade ou em um condomínio de luxo, ser menino ou menina, nascer rico ou pobre são fatores que limitam ou expandem o acesso aos direitos dessas pessoas. Apesar dos esforços dos profissionais da saúde e educação, faltam políticas públicas com perspectiva de intersetorialidade, que integrem os vários aspectos da vida social dessas adolescentes, tanto antes quanto depois da maternidade. Dessa forma, a trajetória de exclusão, o não acesso aos direitos sociais, uma busca distorcida por autonomia, autoridade e reconhecimento social, bem como a atribuição de responsabilidades sobre as meninas desde muito cedo, contribuem para uma gravidez precoce. Ao engravidar, involuntária ou voluntariamente, essas adolescentes têm seus projetos de vida alterados ou concretizados, o que pode culminar no abandono escolar e na conseqüente perpetuação do ciclo da pobreza. Estar atento para tal realidade significa compreender a adolescência como campo de possibilidades e não de problemas. A gravidez na adolescência não é fato ou predestinação para todas as meninas da classe trabalhadora. Contudo, o não acesso às políticas sociais reduz drasticamente as opções de escolha. Enquanto uma expressão da questão social, a gravidez na adolescência não será suprimida no atual modo de produção, evidenciando o caráter contraditório da sociedade patriarcal capitalista. Isso, no entanto, não impede ou desqualifica a legítima luta pela ampliação de políticas públicas destinadas aos adolescentes, tanto meninas quanto meninos.

IV CONCLUSÃO Em uma sociedade extremamente desigual e dependente, de passado escravista, localizada na periferia do mundo do capital e com um histórico de revoluções pelo alto, a luta por direitos e justiça social possui contornos anticapitalistas, convertendo-se profissionalmente no compromisso de assistentes sociais com o acesso aos direitos da população usuária e com a construção de políticas de caráter público e universal. Desse modo, o debate de gênero torna-se um aliado crucial para uma intervenção profissional crítica, capaz de viabilizar os direitos dessas adolescentes em contrapartida a uma atuação que agudiza e reforça os estigmas sociais e as afasta do acesso aos seus direitos.

BEZERRA, V.; VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social: os desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico**. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VENTURA, M. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. Brasília: Edição do Autor, 2009.